Discurso do Presidente Lula na abertura da 81ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas[1]

Nova York, 22 de setembro de 2026



Meus cumprimentos ao Presidente da Assembleia Geral, Embaixador Khalilur Rahman, de Bangladesh.

Saúdo cada um dos Chefes de Estado e de Governo e delegadas e delegados presentes.

Dirijo-me em particular ao Secretário-Geral das Nações Unidas. Ao longo de seus dois mandatos, António Guterres foi testemunha direta dos crescentes desmandos das superpotências.

Senhor Presidente,

Esta é a décima ocasião em que abro o Debate Geral desta Assembleia. Desde que ocupei pela primeira vez esta tribuna, em 2003, este é o momento mais crítico das Nações Unidas.

O sentimento que me move hoje é o da indignação.

A ONU está falhando em uma das suas missões mais elevadas: a de livrar a humanidade do flagelo da guerra. Sua credibilidade nunca esteve tão baixa. Sua capacidade de proteger os mais vulneráveis – os que não têm exército, nem arsenais – nunca foi tão pequena.

Somos todos reféns do imobilismo de um Conselho de Segurança que não cumpre o seu papel.

Em 1946, já na primeira sessão desta Assembleia, o Brasil alertava para o alto preço que a comunidade internacional pagaria pelo direito de veto. Esse vício de origem da Carta da ONU conferiu às grandes potências o privilégio da insensatez.

A esse pecado original soma-se agora uma profunda crise de liderança.

O ano de 2025 registrou o maior número de conflitos armados desde a Segunda Guerra Mundial. Trilhões de dólares financiam uma nova corrida armamentista.

Tensões geopolíticas ameaçam transformar confrontos regionais em uma conflagração de proporções globais.

Os que detêm as rédeas das decisões cruciais devem atuar com responsabilidade e sentido de urgência.

Os líderes dos países que integram o Conselho de Segurança precisam se reunir.

Não desconheço as realidades do poder. Mas as concessões à lei do mais forte já passaram dos limites.

Isso não é idealismo. É o mais puro realismo.

A guerra não é a continuação da política por outros meios. É a falência total da política.

Num mundo interdependente, liderar é conciliar os interesses da pátria com os da humanidade.

Essa é a constatação de alguém que representa uma nação amante da paz e da liberdade. Alguém que lutou contra uma ditadura militar e defendeu seu país contra um golpe de estado. É a convicção de um operário eleito três vezes presidente e que retirou o Brasil do Mapa da Fome.

[1] Assista ao vídeo em: https://www.youtube.com/watch?v=j87i990Nv5w

Esta Assembleia corrigiu recentemente distorções históricas. Reconheceu o tráfico de africanos escravizados como o mais grave crime contra a humanidade. Aprovou a representação mais precisa do mapa-múndi. Agora deve se debruçar sobre temas determinantes para o futuro da humanidade.

Somos chamados a optar entre:

- multilateralismo ou unilateralismo;

- democracia ou extremismo;

- soberania ou subordinação.

Essas escolhas demandam coragem, vontade política e clareza de objetivos.

Isso é o que se espera de um Estadista. Yasser Arafat e Yitzahk Rabin foram estadistas. Desafiaram o passado para projetar um futuro de paz. Foram derrotados pelo ódio.

Gerações de palestinos carregarão a dor e o trauma deixados pelo genocídio praticado pelo governo Netanyahu contra mulheres e crianças em Gaza. Civis israelenses pagaram o preço do radicalismo e da intolerância dos atos terroristas do Hamas.

Perseguir o Tribunal Penal Internacional e seus integrantes é um estímulo para que esses crimes fiquem impunes.

A relatora especial da ONU, Francesca Albanese, não pode ser silenciada por dizer a verdade.

Os assentamentos ilegais na Cisjordânia tornam cada vez menos viável a solução de dois Estados, essencial para que israelenses e palestinos possam viver em segurança.

Ameaçar civilizações de extinção não trará estabilidade para o Oriente Médio.

O Estreito de Ormuz transformou-se em trincheira da guerra, quando deveria permanecer uma passagem vital para o comércio internacional.

Famílias em todo o mundo pagam pelo aumento dos preços de combustíveis, fertilizantes e alimentos.

A guerra entre Rússia e Ucrânia se arrasta há cinco anos, em um drama humanitário que continua a ceifar vidas. Todos sabemos que não haverá vencedores no campo de batalha.

A diplomacia é a única opção. Iniciativas como o Grupo de Amigos da Paz, criado por Brasil e China, revelam que há forças na comunidade internacional dispostas a trabalhar pelo diálogo.

Na América Latina e Caribe, a proximidade geográfica com a maior potência militar do mundo é inescapável. Sobretudo num contexto de recrudescimento de tentações hegemônicas.

O Brasil não cabe no quintal de ninguém.

Precisamos de parceiros com uma agenda positiva, que fomente o desenvolvimento. Diferenças ideológicas não devem ser obstáculos para maior integração entre vizinhos.

Os países da região conheceram os horrores dos regimes de exceção. Percorremos um longo caminho para restaurar a vontade popular.

A democracia está novamente em xeque. Voltamos a presenciar a ingerência externa em processos eleitorais.

A divisão do mundo em zonas de influência e investidas neocoloniais por recursos estratégicos constituem gestos anacrônicos.

O povo venezuelano merece definir o próprio destino. A Nicarágua não vai resolver os seus problemas impedindo a oposição de disputar eleições. A crise no Haiti continua a testar os limites da indiferença da comunidade internacional. Em Cuba, o mundo assiste estarrecido à punição coletiva imposta a 10 milhões de pessoas por um embargo econômico e um cerco energético ilegais.

Senhor Presidente,

O Brasil não subestima o desafio representado pelo crime organizado. Estamos preparados para enfrentar as organizações criminosas que aterrorizam nossas comunidades. Trabalhadores são roubados. Mães perdem seus filhos. Policiais não voltam para suas casas. As pessoas estão cansadas da violência.

Mas não vamos terceirizar a responsabilidade de defender nossas fronteiras e de garantir à população o direito de viver sem medo. Não precisamos de porta-aviões vigiando nossas águas. Precisamos de cooperação para estancar o fluxo de armas e de dinheiro que abastecem o crime. Esse é o espírito da proposta que entreguei pessoalmente ao Presidente dos Estados Unidos.

Queremos combater a lavagem de dinheiro realizada por criminosos brasileiros no exterior.

Por muito tempo, os estados brasileiros atuaram cada um à sua maneira. O crime se aproveitou da falta de coordenação. Mas isso está mudando. Criamos em Manaus o Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia, reunindo autoridades de segurança pública dos nove países amazônicos. Em 2025, realizamos a maior operação contra o crime organizado da história do Brasil. Batemos recorde de apreensão de drogas e de bens e recursos ilícitos. Estamos enfrentando todos os escalões da criminalidade, inclusive os magnatas do crime. A Lei Antifacção que acabamos de aprovar impõe ao crime organizado penas superiores às previstas para o terrorismo.

Crime organizado e corrupção andam juntos. O combate à corrupção continuará implacável, doa a quem doer. Ninguém está acima da lei.

Senhoras e senhores,

Os pilares do multilateralismo estão sendo corroídos. A Organização Mundial do Comércio respira por aparelhos. Quando os governos capitulam frente aos que usam tarifas como armas de coerção e chantagem, as consequências são nefastas.

Na era da desinformação, os obscurantistas resistem às evidências da ciência. Nunca esqueceremos das milhões de vidas perdidas pelo descaso no enfrentamento da COVID-19. Campanhas contra vacinas estão trazendo de volta doenças que julgávamos erradicadas. Enfraquecer a Organização Mundial da Saúde torna a todos mais vulneráveis.

Até pouco tempo, a resposta à mudança do clima estava consolidada no centro da agenda internacional. Este ano, o tema desapareceu dos debates do G7 e do G20, foros que reúnem os maiores emissores de carbono. É hora de retomar a ofensiva e impor uma derrota ao negacionismo. A natureza nos recorda a cada dia que o planeta é um só. As geleiras do Himalaia estão derretendo. Um Super El Niño pode provocar chuvas torrenciais, secas e incêndios florestais em diferentes partes do globo. Seus efeitos golpearão sobretudo os mais vulneráveis.

O Brasil vem demonstrando que é possível aliar crescimento econômico com redução de emissões. Conquistamos nossa autossuficiência em petróleo e seguiremos pesquisando o potencial de novas reservas, como as da Margem Equatorial. Não renunciaremos à agenda ambiental. Levaremos adiante o Mapa do Caminho para a descarbonização da economia brasileira.

O Fundo Florestas Tropicais para Sempre, lançado na COP30 em Belém, mostra que é possível mudar antigos paradigmas. A floresta vale mais em pé do que destruída. Continuaremos reduzindo o desmatamento, que caiu pela metade na Amazônia e atingiu o menor nível em 11 anos. Temos autoridade moral para rejeitar medidas protecionistas disfarçadas de apego à causa ambiental.

O Brasil é referência mundial em energia verde. Temos os minerais críticos e as terras raras de que o mundo precisa para realizar a transição energética. Nossas riquezas naturais pertencem ao povo brasileiro — e é em benefício dele que serão exploradas. O acesso a nossos minerais terá como contrapartida obrigatória a geração de valor em nosso território, a transferência de tecnologia e o suprimento de setores estratégicos nacionais.

Senhor presidente,

Vivemos uma revolução tecnológica sem precedentes, com grandes riscos e oportunidades.

Seria uma omissão histórica imperdoável não enfrentar o desafio da regulamentação das Big Techs e da Inteligência Artificial. Um punhado de tecno-oligarcas quer ressuscitar uma versão de neoliberalismo digital, sem regras nem transparência. Estão promovendo uma corrida sem freios éticos à revelia da ONU e do Painel Científico sobre Inteligência Artificial.

Como adverte o Papa Leão 14, "as decisões sobre tecnologia nunca devem ser separadas da consciência e da responsabilidade".

Empresas que conhecem os riscos de seus produtos transferem para as famílias a impossível tarefa de enfrentar os algoritmos. A indústria bilionária das BETs transforma o vício em lucro. Sua disseminação vertiginosa está endividando e destruindo lares. O Brasil não vai tolerar esse modelo de negócio.

Aprovamos uma das legislações mais avançadas do mundo para proteger crianças, adolescentes e mulheres no ambiente digital.

Vamos assegurar a justa remuneração de artistas, músicos e criadores de conteúdo audiovisual.

Não vamos ceder às pressões de multinacionais que querem privatizar o nosso PIX, uma infraestrutura de pagamentos pública e gratuita que fez da inclusão financeira uma realidade para milhões de brasileiros.

Senhoras e senhores,

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são alvo de ataques de forças reacionárias, que desejam naturalizar injustiças.

A desigualdade e o subdesenvolvimento resultam de escolhas políticas. É possível colocar o pobre no orçamento e fazer os ricos pagarem a sua parte. É necessário cortar privilégios e investir em educação e saúde gratuitas e de qualidade.

Existe, em todo o mundo, um anseio legítimo por mudanças. Mas mudar não é retroceder. Não é subtrair direitos. Não é reeditar teorias de supremacia racial ou de submissão feminina. Não é recolonizar o Sul Global.

Mudar é avançar para um futuro de mais participação e mais conquistas.

É criar e compartilhar soluções públicas efetivas para os desafios do desenvolvimento por meio de um Estado democrático, forte, eficiente e capaz. É apostar no espírito de solidariedade e na cooperação com a África, a Ásia e a América Latina e Caribe.

Iniciativas como a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e o Painel Internacional sobre Desigualdade nascem dessa vontade política.

O Brasil tem pressa de se tornar uma nação desenvolvida e socialmente justa. Adotamos um modelo econômico que se assenta na distribuição de renda, na geração de empregos e na valorização do salário. Apostamos na melhoria da produtividade, na ampliação do crédito e na construção de uma rede robusta de proteção social. O Brasil voltou a crescer de modo sustentado. Somos o terceiro maior destino de investimento estrangeiro direto. Apesar do tarifaço contra nossa economia, este ano bateremos novo recorde de exportações.

Ainda há muito a ser feito. O mundo do trabalho está em transformação. Pessoas idosas querem permanecer ativas. Jovens desejam empreender.

O trabalhador precisa de tempo para descansar, se qualificar e conviver com a família. No Brasil, concretizar esse objetivo passa pelo fim da chamada escala 6x1 para garantir ao trabalhador 2 dias livres por semana. Essa mudança é fundamental para aliviar a sobrecarga doméstica que ainda recai sobre as mulheres.

Estamos construindo um Brasil onde as mulheres não precisam pedir licença para ocupar espaços de poder ou se inserir no mercado de trabalho. Um país livre do feminicídio, onde nenhuma mulher, dentro ou fora de casa, viva sob a ameaça da violência. Essa é uma causa que o mundo todo precisa abraçar.

Senhor presidente,

Ao receber o Nobel da Paz, Martin Luther King afirmou que “aquilo que pessoas voltadas para si mesmas destruíram, outras pessoas voltadas para o próximo podem reconstruir”.

A ONU nasceu sob o signo da esperança. Ao longo de oito décadas, contribuiu com a descolonização, promoveu os direitos humanos e apoiou o desenvolvimento sustentável. Protegeu migrantes e refugiados, condenou o racismo, o antissemitismo e a intolerância religiosa.

Essas foram conquistas de lideranças que ocuparam este pódio movidos pela indignação diante das injustiças de seu tempo.

Homens e mulheres que se recusaram a aceitar a guerra como destino, o colonialismo como direito, o apartheid como sistema legítimo.

Foi dessa capacidade de dizer “não” às desigualdades que nasceram algumas das maiores transformações que vivemos.

Diante da paralisia das Nações Unidas, precisamos reencontrar a vontade política para que volte a ser o templo da paz.

Quero concluir com uma mensagem sobre o meu país a todos os que nos ouvem.

No dia quatro de outubro, milhões de brasileiras e brasileiros vão às urnas para definir o seu destino. Não vão apenas eleger o presidente da República, governadores estaduais e representantes do Poder Legislativo. Vão decidir entre democracia e negacionismo. Se o Brasil vai avançar rumo a um futuro de mais oportunidades ou regressar a um passado de exclusão.

Teremos um pleito transparente e competitivo, em que todos os candidatos desfrutam da mais ampla liberdade de expressão. Sabemos que alguns abusam dessa liberdade para se associar a interesses estrangeiros contrários ao país. Não subestimamos o desafio das redes de desinformação que pretendem desvirtuar o debate público durante a campanha.

Mas possuímos um sistema eleitoral moderno e robusto. Sob o olhar atento de uma cidadania plural e de uma imprensa livre, não permitiremos que os inimigos da democracia, internos e externos, atentem contra a vontade popular. A democracia brasileira pertence aos brasileiros.

O Brasil continuará sendo um país soberano. Ninguém...!!! Ninguém nos afastará desse caminho.

Que Deus nos abençoe a todos. Muito obrigado.